



27/17

CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE UMA VIATURA ELÉTRICA

No dia doze, do mês de dezembro, do ano de Dois mil e dezassete, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICIPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço electrónico *município@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410209, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga** cartão de cidadão n.º 08431148 7ZY3, válido até 21/04/2018.

SEGUNDO:

Renault Portugal, Lda. com sede em rua Dr. José Espirito Santo, lote 12 E, 1950-096 Lisboa, NIF e matrícula 500 970 602, da conservatória do Registo Comercial de Lisboa, neste ato legalmente representado por **José Miguel Vieira dos Santos Nunes de Oliveira**, natural da freguesia de Barreiro, concelho de Barreiro, cartão de cidadão n.º 07058078 2ZY0, Válido até 02/11/2020 qualidade e poderes verificada pela procuração emitida pelo administrador delegado da firma em 28 de novembro de 2017 perante o advogado João Monge de Gouveia.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Uma Viatura Elétrica, precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 29 de novembro de 2017, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 16 de novembro de 2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 2.^a

Prazo de Execução

O fornecimento será executado no prazo de noventa (90) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

Cláusula 3.^a

Preço contratual

Pelo fornecimento previsto na cláusula 1.^a, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de Dezassete mil, quinhentos e cinco euros e setenta e três cêntimos (17.505,73 €), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23%.

Cláusula 4.^a

Pagamentos

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula 5.^a

Caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 6.^a

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 7.^a

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros

e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 8.ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Dotação Orçamental

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0102/07010602, Ação 09P009, conforme proposta de cabimento n.º 2582, compromisso n.º 2995 e requisição externa de despesa n.º1660.

Cláusula 10.ª

Disposições Finais

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 16 de novembro de 2017.

3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

1 - Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Lisboa em 28 de novembro de 2017, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;

2 - Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 24 de novembro 2017, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;

BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

- 3 – Certificado de Registo Criminal dos gerentes da firma;
- 4 – Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,

